



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Ao encerrarmos o exercício financeiro de 2015, apresentamos a Prestação de Contas Anual Consolidada do Município de Muqui – ES, e além dos demonstrativos exigidos pela Lei Federal nº. 4.320/64, que obrigatoriamente compõem esta prestação de contas, adicionalmente acrescentamos as seguintes informações:

A – DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Apresentamos aqui os limites constitucionais atingidos durante o exercício de 2015

Discriminação	Percentual Mínimo Obrigatório	Valor Aplicado	Percentual Atingido
Despesas em ações e serviços públicos de saúde	15%	5.861.712,52	28,74%
Despesas na manutenção e no desenvolvimento do ensino	25%	7.165.146,05	35,13%
Remuneração dos profissionais do magistério	60%	4.969.759,07	100,00%

Discriminação	Receita Tributária do Exercício Anterior	Limite Máximo para repasse – 7%	Valor Repassado
Transferências financeiras para o Poder Legislativo (duodécimo)	20.054.710,67	1.403.829,75	1.403.829,75

B – DOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

B.1 – DESPESA COM PESSOAL

Atingimos no exercício financeiro de 2015 o montante de **R\$ 17.369.868,82** de gastos totais com pessoal, o que corresponde a 55,39% da receita corrente líquida (RCL), portanto acima do limite máximo de 54% para o Poder Executivo Municipal.

Poder Executivo		
Despesa com Pessoal	Valor	% sobre RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	17.369.868,82	55,39 %
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	16.933.600,21	54,00 %
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	16.086.920,20	51,30 %
Limite de Alerta (inciso II, parágrafo 1º, art. 59 da LRF)	15.240.240,19	48,60%
Receita Corrente Líquida – 2015		31.358.518,91

O Poder Legislativo Municipal atingiu o montante de **R\$ 1.090.906,54** de gastos com pessoal no exercício de 2015, o que corresponde a 3,48% da receita corrente líquida (RCL) do município, portanto dentro do limite máximo de 6% para o Legislativo Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Poder Legislativo		
Despesa com Pessoal	Valor	% sobre RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	1.090.906,54	3,48 %
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.881.511,13	6,00 %
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	1.787.435,58	5,70 %
Limite de Alerta	1.693.360,02	5,40%
Receita Corrente Líquida – 2015		31.358.518,91

Fonte: Site oficial da Câmara Municipal de Muqui - <http://www.camaramuqui.es.gov.br/transparencia>

A despesa total com pessoal do Município de Muqui, consolidando o Poder Executivo e Poder Legislativo atingiu o montante de **R\$ 18.460.775,36** no exercício de 2015, o que corresponde a 58,87% da receita corrente líquida municipal (RCL), portanto dentro do limite máximo de 60% para o Município.

Município de Muqui - Consolidado		
Despesa com Pessoal	Valor	% sobre RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	18.460.775,36	58,87 %
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	18.815.111,35	60,00 %
Receita Corrente Líquida – 2015		31.358.518,91

B.2 – DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

O Município não precisou tomar providências para a recondução dos montantes da dívida consolidada líquida, pois está cumprindo o limite.

O Limite para a dívida do Município de Muqui é de **R\$ 37.630.222,69** quando atingimos **R\$ -2.137.857,69** da dívida consolidada líquida (DCL), portanto o município está dentro do limite estabelecido.

O município não possui dívida mobiliária.

B.3 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Durante o exercício não foram contratadas operações de crédito, entretanto amortizamos parcelas de assunção de dívida com a ESCELSA.

O montante das operações de crédito do município considerado para fins de apuração do cumprimento do limite e sujeito ao limite para fins de novas contratações atingiu o valor de R\$ 6.126.030,39.

Equiparam-se a operações de crédito, mas não sujeitas ao limite para fins de contratação estão os parcelamentos existentes no município com o INSS, PASEP e parcelamento do FGTS que totalizam R\$ 5.942.610,01.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Operações de Crédito do Município de Muqui - Consolidado		
Apuração do Cumprimento dos Limites	Valor	% sobre RCL
Receita Corrente Líquida (RCL) 2015	31.358.518,91	-
Operações equiparadas e vedadas – (LRF, art. 37)	-	-
Total considerado para fins da apuração do cumprimento do limite	183.420,38	0,58 %
Limite geral definido por resolução do Senado Federal para as operações de crédito internas e externas	5.017.363,02	16,00%
Operações de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	-	-
Limite definido por resolução do Senado Federal para as operações de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	2.195.096,32	7,00%
Total considerado para contratações de novas operações de crédito	6.126.030,39	19,54%

B.4 – DA CONCESSÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

Durante o exercício financeiro de 2015 não foram oferecidas garantias ou contragarantias de valores a terceiros pelo Município de Muqui.

B.5 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

O limite estabelecido pelo Senado Federal para amortização da dívida consolidada é de 11,50% da Receita Corrente Líquida, que é de **R\$ 3.606.229,67**. No decorrer do exercício de 2015 foram amortizados **R\$ 533.163,15** cumprindo assim o limite estabelecido.

B.6 – RESTOS A PAGAR

O montante inscrito em restos a pagar no encerramento do exercício ficou abaixo das disponibilidades financeiras:

Poder Executivo	
Disponibilidades financeiras no final do exercício:	R\$ 12.426.160,60
Inscrição em Restos a Pagar do Exercício:	R\$ 1.852.907,90
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores:	R\$ 1.739.360,77

Poder Legislativo	
Disponibilidades financeiras no final do exercício:	R\$ 8.501,23
Inscrição em Restos a Pagar do Exercício:	R\$ 0,00
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores:	R\$ 0,00

Município de Muqui - Consolidado	
Disponibilidades financeiras no final do exercício:	R\$ 12.434.661,83
Inscrição em Restos a Pagar do Exercício:	R\$ 1.852.907,90
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores:	R\$ 1.739.360,77



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

C – DO RETORNO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

Durante o exercício financeiro de 2015 o Município de Muqui, ultrapassou o limite legal máximo da despesa com pessoal, portanto terá 2 quadrimestres no exercício de 2016 para recondução da despesa com pessoal, o percentual atingido ao final de 2015 foi de 55,39%, entretanto durante o exercício financeiro de 2015, já foram suspensos a contratação e pagamento de horas extra.

D – DAS METAS ESTABELECIDAS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

O Município de Muqui ao encerrar este exercício financeiro, vêm comparar as metas previstas e estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, com as metas alcançadas e apuradas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do sexto bimestre de 2015:

Descrição	Previsto	Apurado
Receita Meta de Arrecadação	44.600.000,00	32.256.578,91
Despesa Total	44.600.000,00	32.799.779,36
Resultado Primário	980.000,00	-1.108.045,32
Resultado Nominal	-276.000,00	1.811.210,16
Dívida Pública Consolidada (DC)	7.101.000,00	8.923.742,11
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	5.253.000,00	-2.137.857,69

E – DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) do Município de Muqui para o exercício financeiro de 2015 não havia previsão nos exercícios de 2015, 2016 e 2017 para renúncia de receitas. Assim durante o exercício de 2015 não houve a renúncia de receitas, portanto não se fará necessário demonstrar a compensação das mesmas, inclusive o reflexo nas contas públicas municipais.

F – DA COMPENSAÇÃO PARA A RENÚNCIA DE RECEITAS

Durante o exercício financeiro de 2015 não houve a renúncia de receitas, portanto não se fará necessário demonstrar a adoção de medidas para a compensação das mesmas, conforme o previsto na LDO do Município de Muqui.

G – DA EXECUÇÃO DO PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

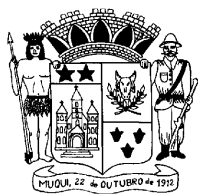
Os programas previstos no Plano Plurianual do período 2014-2017 e na LDO de 2015 que foram executados no decorrer da execução orçamentária de 2015 atingiram a proporção de 82% dos valores previstos inicialmente e foram assim distribuídos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Código	Nome do Programa do PPA 2014-2017	Recursos Previstos em 2015	% Previsto	Recursos Aplicados em 2015	% Aplicado	Previsto x Aplicado
0000	ENCARGOS ESPECIAIS	1.108.000,00	2,77	955.774,25	2,91	86,26
0001	ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1.600.000,00	4,00	1.354.668,92	4,13	84,67
0002	APOIO ADMINISTRATIVO	7.124.000,00	17,81	6.662.608,24	20,31	93,52
0003	PREV. DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO PODER PÚBLICO	-	-	-	-	-
0004	ENCARGOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO	-	-	-	-	-
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	-	-	-	-	-
0006	GESTÃO EDUCACIONAL	1.101.000,00	2,75	895.066,82	2,73	81,30
0007	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	6.469.000,00	16,17	5.619.254,94	17,13	86,86
0008	GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	4.473.000,00	11,18	3.592.657,94	10,95	80,32
0009	ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLÓGICA E UNIVERSITÁRIA	97.000,00	0,24	74.752,00	0,23	77,06
0010	PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS E DESASTRES	95.500,00	0,24	41.415,82	0,13	43,37
0011	GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	26.000,00	0,07	-	-	-
0012	GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	344.000,00	0,86	226.381,97	0,69	65,81
0013	GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.008.000,00	2,52	276.891,18	0,84	27,47
0014	PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA	72.000,00	0,18	1.262,60	0,00	1,75
0015	MORAR MELHOR	1.169.000,00	2,92	12.650,00	0,04	1,08
0016	PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	6.500,00	0,02	-	-	-
0017	PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	248.000,00	0,62	118.415,59	0,36	47,75
0018	APOIO AGROPECUÁRIO	789.500,00	1,97	258.703,60	0,79	32,77
0019	COMERCIALIZAÇÃO E MERCADOS	29.000,00	0,07	-	-	-
0020	CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	55.500,00	0,14	2.453,88	0,01	4,42
0021	SERVIÇOS PÚBLICOS	1.109.000,00	2,77	604.734,30	1,84	54,53
0022	INFRA-ESTRUTURA PÚBLICA	1.936.000,00	4,84	801.766,32	2,44	41,41
0023	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	598.500,00	1,50	218.180,88	0,67	36,45
0024	PROMOÇÃO TURÍSTICA	19.000,00	0,05	-	-	-
0025	PROMOÇÃO DA PRÁTICA ESPORTIVA E DE LAZER	359.000,00	0,90	75.900,49	0,23	21,14
0026	GESTÃO DO SUS	526.000,00	1,32	1.327.615,92	4,05	252,40
0027	GESTÃO DOS SERVIÇOS E AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA	6.031.000,00	15,08	4.108.534,73	12,53	68,12
0028	GESTÃO DA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	2.465.000,00	6,16	4.688.523,96	14,29	190,20
0029	GESTÃO ESTRATÉGICA DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	310.000,00	0,78	250.663,89	0,76	80,86
0030	GESTÃO DAS AÇÕES EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	450.500,00	1,13	227.519,33	0,69	50,50
0031	SANEAMENTO BÁSICO	181.000,00	0,45	403.381,79	1,23	222,86
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,50	-	-	-
	Totais	40.000.000,00	100,00	32.799.779,36	100,00	82,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

H – DO CONTROLE DE PRECATÓRIOS

Com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, que “Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios”, o Município de Muqui adotou o regime especial para pagamento dos precatórios devidos pela municipalidade. Inicialmente a adoção foi pelo regime especial com o pagamento mensal equivalente a 1% da receita corrente líquida (RCL) do município o que levaria uma previsão inicial de 22 anos para pagamentos dos precatórios já encaminhados ao município. Atualmente o Município adotou o pagamento dos precatórios ainda com o regime especial, mas com uma redução para 15 anos de pagamentos, conforme informação da Central de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (CEPRES), relativo ao processo administrativo TJES nº 201.001.268.768.

Desde a adoção do regime especial de pagamento de precatórios, por parte do Município de Muqui, a Prefeitura Municipal já transferiu a título de depósito judicial para pagamento de precatórios o montante de R\$ 1.672.627,99 até 31 de dezembro de 2015.

Entretanto, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), até o dia 31 de dezembro de 2015 não havia informado formalmente o Município sobre quais precatórios foram quitados e os seus detalhamentos para que o Município efetuasse a baixa dos valores no estoque de precatórios.

Dessa forma, a fim de garantir a transparência da aplicação dos recursos municipais, a Secretaria Municipal de Finanças, vem registrando em sua contabilidade os depósitos judiciais em favor do TJES nas contas do Ativo Circulante, como Conta Especial – Precatórios, no qual os valores só serão baixados como direito do Município assim que o TJES informar quais precatórios foram quitados e seus respectivos valores.

Atualmente o estoque de precatórios inscritos no Balanço Geral de 2015 do Município totaliza o montante de R\$ 6.058.001,62.

No exercício de 2015, houve a inscrição de novos precatórios no montante de R\$ 988.378,87 e a atualização dos já existentes no valor de R\$ 8.861,33.

I – DOS GASTOS COM PUBLICIDADE

Durante o exercício financeiro de 2015 o montante de gastos com publicidade dos órgãos do Poder Executivo Municipal atingiu o valor de R\$ 91.896,03 representando o percentual de 0,29% (zero virgula vinte e nove por cento) do total das despesas liquidadas durante o ano de 2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

J – DA RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS

Apesar da receita própria municipal (IPTU, IRRF, ITBI, ISS, Taxas, Multas e Juros dos Tributos, Receita da Dívida Ativa e Multas e Juros da Dívida Ativa dos Tributos) representar anualmente em média 5% de toda a arrecadação municipal, a Procuradoria Geral do Município, atua estrategicamente e operacionalmente junto ao Setor de Tributário de Muqui atendendo as suas demandas, a fim de respaldar na legalidade as ações realizadas pelo fisco Municipal nas suas atividades de fiscalização e arrecadações tributárias próprias, evitando assim a evasão das divisas municipais.

Durante o exercício financeiro de 2015 a Procuradoria Municipal, enviou para cartório a relação de devedores da dívida para protesto dos títulos, os títulos que não obtiveram êxito nos protestos, foram encaminhados para a justiça a fim de proceder a cobrança.

K – DAS RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Para assegurarmos uma boa gestão dos recursos públicos estamos sempre observando os princípios da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, assim as recomendações determinadas pelo órgão de controle externo (TCEES) estão sempre que for o caso sendo observadas, conforme os pareceres prévios e notificações.

L – DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

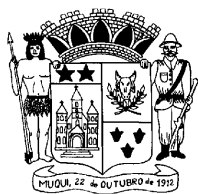
No decorrer do exercício financeiro de 2015 a arrecadação municipal atingiu o montante de **R\$ 32.256.578,91** representando um decréscimo em relação ao exercício anterior da ordem de **5,91 %** (cinco vírgula, noventa e um por cento).

Durante o exercício financeiro de 2015 a Procuradoria Municipal, enviou para cartório a relação de devedores da dívida para protesto dos títulos, os títulos que não obtiveram êxito nos protestos, foram encaminhados para a justiça a fim de proceder a cobrança.

A receita total arrecadada possui a seguinte composição:

Discriminação	Valor	Participação percentual %
Receitas Tributárias	1.568.892,83	4,86
Receitas de Contribuições	381.301,28	1,18
Receita Patrimonial	1.117.957,72	3,47
Transferências Correntes	27.892.793,07	86,47
Outras Receitas Correntes	397.574,01	1,23
Alienação de Bens	289.840,00	0,90
Transferências de Capital	608.220,00	1,89
Total da Receita Arrecadada	32.256.578,91	100,00

Nota: Receita já deduzido o Fundeb



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Foram adotadas medidas visando à intensificação da fiscalização in loco aos contribuintes do Imposto sobre Serviços (ISS), além da concessão de autorização para emissão de blocos de notas fiscais de prestação de serviços, com validade de 24 meses.

Preocupados com a manutenção da arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISSQN), foi sancionada a Lei Municipal nº 536/2013 que institui no Município de Muqui, a retenção na fonte do ISSQN para as pessoas físicas e jurídicas que prestarem serviços a Municipalidade.

Além disso, foram firmados convênios com as instituições bancárias para recebimento dos tributos municipais e implantação de sistema informatizado para a emissão, cálculo e cobrança dos tributos municipais.

No exercício de 2015, a promulgação da Lei Municipal nº 650/2015 concedeu benefícios fiscais para o pagamento de débitos em atraso e o incremento da arrecadação municipal.

M – DA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DO MUNICÍPIO

O Município de Muqui não possui participação acionária em empresas públicas e sociedades de economia mista até a presente data.

Muqui-ES, 31 de março de 2016.

Alúcio Filgueiras
Prefeito Municipal